

A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL NAS AUTARQUIAS LOCAIS PORTUGUESAS

Verónica Paula Lima Ribeiro, Instituto Politécnico do Cávado e do Av

RESUMEN

En los últimos años hemos asistido a un creciente interés por parte de la comunidad académica en ampliar la investigación al sector público en el área de la contabilidad medioambiental. Con relación a las entidades públicas, en particular las autarquías locales, es de esperar una tendencia para la divulgación de las actuaciones medioambientales, ante la preocupación de dichas entidades con relación a las cuestiones de interés público, así como su papel impulsor en materia de conservación del medio ambiente. En este sentido, este trabajo tiene el objetivo de analizar el tipo y la extensión de la información medioambiental divulgada en las cuentas anuales de las autarquías locales portuguesas y verificar las diferencias existentes en dicha materia entre las empresas municipales y los municipios. Los resultados del estudio apuntan para la existencia de prácticas de divulgación medioambiental, de una forma positiva y con carácter mayoritariamente narrativo, así como una tendencia para la divulgación de un mayor volumen de información por parte de las empresas municipales en comparación con los municipios.

PALABRAS CLAVE: Divulgación medioambiental, Análisis de contenido, Autarquías locales

ABSTRACT

Assiste-se nos últimos anos a um crescente interesse por parte da comunidade académica em estender a investigação ao sector público na área da contabilidade ambiental. Em relação às entidades públicas, em particular as autarquias locais, espera-se uma tendência para a divulgação das actuações ambientais, dada a preocupação que estas demonstram em relação às questões de interesse público, bem como o seu papel impulsor em matéria de conservação do ambiente. Neste sentido, este trabalho tem como objectivo analisar o tipo e a extensão da informação ambiental divulgada nos documentos de prestação de contas das autarquias locais portuguesas e averiguar as diferenças existentes nesta matéria entre as empresas municipais e os municípios. Os resultados do estudo apontam para a existência de práticas de divulgação ambiental, de uma forma positiva e com carácter maioritariamente narrativo, assim como uma tendência para a divulgação de um maior volume de informação pelas empresas municipais comparativamente com os municípios.

KEY WORDS: Divulgação ambiental, Análise de conteúdo, Autarquias locais

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, a divulgação de informação de carácter social e ambiental por parte das organizações tem despertado o interesse não só dos distintos *stakeholders*, mas também dos investigadores na

área da Contabilidade Social e Ambiental, em particular na linha de investigação que respeita à divulgação de informação social e ambiental.

Gray *et al.* (1996) definem a *accountability* como o dever de prestar contas (não necessariamente em termos financeiros) pelas acções de carácter social e ambiental da responsabilidade de uma organização. De acordo com McElroy *et al.* (2005), a prestação de contas associada à ideia da sustentabilidade e às limitações da contabilidade financeira tradicional levou ao desenvolvimento da contabilidade ambiental.

De acordo com Gray *et al.* (1987: ix),¹ a contabilidade social e ambiental representa “...o processo de comunicar os efeitos sociais e ambientais das acções económicas das organizações a grupos de interesse da sociedade e à sociedade em geral. Como tal, envolva a extensão a *accountability* das organizações (em particular as empresas), para além do seu papel tradicional de prestação de contas financeiras aos detentores do capital, em particular, os accionistas...”

O âmbito desta definição pode ser ampliada de forma a abranger as diversas formas de entidades existentes que tenham um impacto no ambiente e detenham responsabilidade perante a sociedade. Assim, Mathews e Perera (1996:364)² definem a contabilidade social e ambiental “Pelo menos, a contabilidade social significa a extensão da divulgação a áreas não tradicionais tais como o fornecimento de informação acerca dos empregados, produtos, serviços à comunidade e prevenção ou redução da poluição. Contudo, o termo ‘contabilidade social’ é também utilizado para descrever uma forma de contabilidade que tenha em consideração as externalidades³ As organizações do sector público (sublinhado nosso) também podem ser incluídas neste contexto, embora a maioria dos autores na área da contabilidade social estejam mais centrados nas organizações do sector privado”.

Sem dúvida que as empresas, em particular as pertencentes a sectores industriais, são as que geram maiores impactos sobre o ambiente na sequência das suas actividades. Todavia, não se pode ignorar o facto de que os sectores de serviços (tais como a banca e seguradora) e o governo local (por exemplo, as autarquias), apesar de não possuírem actividades perigosas ou muito poluentes como o sector industrial, como são, em qualquer economia, em grande número acabam por contribuir com uma significativa proporção de poluição (v.g através do uso de veículos, de papel, água, etc.) e com muita destruição no ambiente (v.g. através da construção de edifícios, estradas, parques de estacionamento, etc.), sendo inclusive designados de “destruidores silenciosos” (Taylor *et al.*, 1994). Neste sentido, se existem pressões no sentido de que as empresas divulguem informações acerca das repercussões ambientais da sua actividade, de igual modo é premente que as entidades públicas, em particular as autarquias locais, tornem público a sua actuação ambiental.

Por outro lado, se em relação ao sector privado existe evidência empírica (Patten, 1992; Deegan e Gordon, 1996; Brown e Deegan, 1998; Cormier e Gordon, 2001) de que a divulgação de informação ambiental é uma forma que as empresas encontram para legitimar-se (existindo inclusive evidencia empírica de que a divulgação voluntária de informação ambiental não é um indicador fidedigno do desempenho ambiental da organização (Neu *et al.*, 1998; Patten, 2002); em relação às entidades públicas sem fins lucrativos (como é o caso das autarquias) espera-se, seguindo a linha de pensamento de Burritt e Welch (1997), que haja uma maior tendência para divulgar as

¹ Citado por Gray *et al.* (1996)

² Citado por Mathews (2000)

³ As externalidades são efeitos prejudiciais (medidos em termos de custos sociais) resultantes do comportamento de determinados agentes económicos, normalmente não intencionais ou involuntários, e que são suportadas pela comunidade, sem que haja qualquer compensação monetária pelos primeiros (Mourato, 1999).

ações que afectam o ambiente e suas consequências, dado estas entidades serem não as que demonstram maior preocupação pelas questões de interesse público (como é o caso das questões ambientais) como, para além disso, as próprias administrações públicas desempenharem um papel impulsor ao nível da comunidade em geral, nomeadamente empresarial, na tarefa de preservação do ambiente (Senés García e Rodríguez Bolívar, 2004).

Face ao exposto, tem-se vindo a assistir nos últimos anos a uma extensão da investigação ao sector público na área da contabilidade social e ambiental (Mathews, 1997). De acordo com alguns autores (Gray e Haslam, 1990; McElroy *et al.*, 2005), a investigação relativa ao relato ambiental e aos factores associados à divulgação ambiental têm-se focado mais no campo de estudo das empresas do sector privado em detrimento do sector público, pelo que existe um conhecimento e compreensão limitados no que concerne à divulgação contabilística ambiental realizada ao nível do sector público. No sentido de colmatar essa deficiência no âmbito geográfico português, onde não existe até ao momento qualquer estudo do nosso conhecimento ao nível do sector público, procuramos obter evidência empírica acerca das práticas de divulgação ambiental, e seus factores explicativos, nas entidades públicas portuguesas, designadamente ao nível das autarquias locais. Assim, os objectivos deste trabalho consistem em: (a) analisar o tipo e extensão da informação ambiental na prestação de contas das autarquias locais portuguesas, nomeadamente empresas municipais e municípios; (b) averiguar as diferenças existentes em matéria de divulgação entre estas entidades.

1. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL: NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA E ESTUDOS PRÉVIOS

A regulamentação contabilística das questões ambientais, em concreto no que respeita à divulgação de informação ambiental nos relatórios e contas, encontra algum desenvolvimento no âmbito do sector privado. Assim, em termos europeus destacam-se países como Portugal⁴, França, Espanha, Suécia, Dinamarca (Hibbitt e Collison, 2004). Fora da Europa, os EUA e o Canadá foram pioneiros na criação de legislação contabilística sobre as questões ambientais. Outros países como a Coreia e Austrália começaram também a incluir as questões ambientais na agenda da normalização contabilística (Larrinaga González *et al.*, 2002).

Embora ao nível do sector público a obrigatoriedade de divulgação de informação ambiental ainda se encontre numa fase embrionária, é possível apontar alguns países que dispõem de legislação sobre esta matéria, nomeadamente:

- Na Austrália, a *Local Government Act 1993* estabelece a divulgação obrigatória de informação de carácter ambiental ao nível do relatório e contas, normalmente numa secção relativa ao ambiente (State of Environmental), para as entidades do sector público de *New South Wales* (McElroy *et al.*, 2004). Por outro lado, em 1999 foi introduzido um requisito de natureza ambiental na *Company Law Review Act*, no sentido de exigir às empresas, públicas e privadas, que incluam informação, no Relatório do Director, relativa ao cumprimento da legislação ambiental vigente (Burrill, 2002).

⁴ Em Portugal, só em 2002 a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) emite o primeiro normativo contabilístico que estabelece a divulgação de informação ambiental no Relatório e Contas - Directriz Contabilística (DC) n.º 29: Matérias Ambientais, sendo de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2006 pelas entidades abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade (POC). Deste modo, abrange as empresas municipais, todavia não se aplica aos municípios uma vez que estão sujeitos ao Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias locais (POCAL), sendo que a respectiva Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP) não emitiu até à data qualquer norma contabilística relativa às matérias ambientais. .

- No Canadá, a *Securities Commission* exige às empresas públicas que divulguem anualmente os efeitos financeiros ou operacionais, presentes e futuros, da protecção ambiental (KPMG, 2005);
- Na Dinamarca, na sequência da Recomendação da Comissão das Comunidades Europeias (CCE, 2001)⁵, a nova *Danish Environmentl Protection Act* (2001) passa a exigir às empresas públicas, bem como às empresas cotadas e a outras empresas cujo tamanho exceda determinados limites, a divulgação de informação ambiental no relatório e contas, ao nível do Relatório de Gestão (Hibbit e Collison, 2004).
- Em Espanha, o ICAC publicou a Resolução em 25 de Março de 2002, que aprova as normas para o reconhecimento, valorimetria e informação dos aspectos ambientais nas contas anuais de todo o tipo de organizações com fins lucrativos ou não, incluindo portanto organizações do sector público.

Perante a escassez de normativos contabilísticos que estabeleçam a obrigatoriedade de divulgação de informação ambiental nas contas das organizações do sector público, poder-se-á afirmar que o relato ambiental que é feito assume um carácter voluntário. Deste modo, ao tratar-se de informação muitas vezes apresentada voluntariamente acaba por ser manipulada consoante os objectivos que a organização pretende atingir, e se objectivo é melhorar a sua imagem social então a tendência será a de (deliberadamente) realçar os aspectos positivos da sua actuação ambiental, negligenciando os negativos (Moneva, 1996). E mesmo quando estamos perante a divulgação obrigatória de informação ambiental, existe evidência empírica no sector privado (Jurado Martin *et al.*, 2004) de que as empresas estão dispostas a facultar informação que reflecta um comportamento concordante com a protecção e conservação do ambiente, embora apresentem alguma relutância em divulgar informação relacionada com actividades que não contemplem os princípios de conservação do ambiente.

Tem sido crescente o número de estudos empíricos na área da Contabilidade Social e Ambiental, em particular na linha de investigação do “Environmental Disclosure”. Embora a grande maioria dos estudos em matéria de contabilidade e divulgação ambiental versem sobre organizações do sector privado (Patten 1992; Deegan e Gordon, 1996; Brown e Deegan, 1998; Hackston e Milne, 1996; Moneva e Llana, 2000; Larrinaga *et al.*, 2002; Archel Domench, 2003), começa a registar-se um incremento de estudos aplicados ao sector público. Assim, há a destacar estudos nos seguintes âmbitos geográficos: Austrália (Gibson e Guthrie, 1995; Burritt e Welch, 1997; Frost e Toh, 1998; McElroy *et al.*, 2005; Frost e Seamer, 2002), Itália (Marcuccio e Steccolini, 2005), Reino Unido (Gray e Haslam, 1990; Ball, 2004), Canadá (Cormier e Gordon, 2001), Suécia (Fortes, 2002), Noruega (Andersen, 2003) e Espanha (López Gordo, 2002; López Gordo e Rodriguez Ariza, 2004). De entre o sector público, a maioria dos estudos de divulgação ambiental centram-se em empresas públicas (Cormier e Gordon, 2001; Fortes, 2002; Andersen, 2003; Rahaman e Lawrence, 2004); universidades (Gray e Haslam, 1990); entidades do sector público da *Commonwealth* (comunidade australiana) (Burritt e Welch, 1997), espaços naturais protegidos (López Gordo, 2002; López Gordo e Rodriguez Ariza, 2004) e autarquias locais (Marcuccio e Steccolini, 2005; McElroy *et al.*, 2005).

Em Portugal não existem, até ao momento, estudos empíricos aplicados às entidades públicas sobre a divulgação de informação ambiental, nem sobre os factores explicativos de tal divulgação, havendo, contudo, já alguma investigação empírica realizada a nível do sector privado (Carvalho e Monteiro, 2002; Ferreira, 2004; Sampaio e Leitão, 2004; Carreira e Dias, 2004; Rodrigues *et al.*, 2005; Guedes *et al.*, 2005; Monteiro, 2006; Monteiro *et al.*,

⁵ Esta Recomendação fornece linhas de orientação específicas no que respeita ao reconhecimento, valorimetria e publicação de informações ambientais nas demonstrações financeiras e nos relatórios de gestão das sociedades da UE.

2006). Neste sentido, procuramos averiguar se o sistema contabilístico autárquico português fornece informação de carácter ambiental e, desta forma, satisfaz as necessidades informativas dos vários agentes socio-económicos. Para o efeito desenvolvemos uma análise de conteúdo à informação divulgada por uma amostra de entidades locais portuguesas, a fim de conhecer o tipo e forma de divulgação ambiental levada a cabo por tais entidades nos seus relatórios e contas.

2. AMOSTRA E METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

2.1. Selecção e caracterização da amostra

Para aferir das práticas de divulgação ambiental ao nível da Administração Local Portuguesa, optámos por seleccionar uma amostra representativa do conjunto de entidades locais pertencentes ao território geográfico português. Neste sentido, o nosso estudo realiza-se com base nas autarquias locais de média e grande dimensão e nas empresas municipais pertencentes a estes municípios. No que se refere à escolha do tamanho das autarquias seguimos a tipologia definida num estudo de Carvalho *et al.* (2005), segundo o qual foram definidos três grupos de municípios: (a) pequenos, com população menor ou igual a 20 000 habitantes; (b) médios, com população maior que 20 000 e menor ou igual a 100 000 habitantes; (c) grandes, com população superior a 100 000 habitantes⁶.

No caso da nossa população a escolha das autarquias de tamanho médio e grande justifica-se, por um lado, pelo facto do tamanho da entidade ser um factor relevante na adopção de práticas de contabilidade ambiental, designadamente ao nível da divulgação de informação social e ambiental, pelo menos ao nível do sector privado (conforme demonstram estudos realizados por Hackston e Milne, 1996; Choi, 1999; Archel Domench, 2003). O tamanho é o critério que melhor explica a inclusão de autarquias locais na nossa população, uma vez que, tomando por base a evidência empírica existente no âmbito empresarial, o tamanho da entidade é um factor relevante na divulgação de informação ambiental (Hackston e Milne, 1996; Choi, 1999; Archel Domench, 2003). Se por um lado, Deegan e Gordon (1996) defendem que as entidades de maior dimensão dispõem de maiores recursos, financeiros e humanos, para procederem a esse tipo de divulgação, por outro lado, as grandes entidades preocupam-se em manter uma boa imagem, encontrando na divulgação de informação acerca da sua actuação ambiental uma forma de se legitimarem perante a sociedade.

A nossa amostra abarca também as empresas municipais que actuam no âmbito geográfico dos municípios seleccionados. A inclusão deste tipo de empresas justifica-se por dois motivos. Por um lado, pela afinidade que existe entre as autarquias locais e as empresas municipais, pelo facto de: (a) os municípios deterem sempre todo ou parte do capital destas empresas; (b) semelhança das autarquias, aquelas empresas explorarem actividades que prosseguem fins de reconhecido interesse público; (c) as autarquias locais poderem delegar poderes respeitantes à prestação de serviços nas empresas (municipais) por elas constituídas. Por outro lado, contrariamente às autarquias locais que estão sujeitas ao Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), a

⁶ Segundo Carvalho *et al.* (2005), o agrupamento dos dados considerando a dimensão representada pelo número de habitantes é justificado devido ao universo dos municípios portugueses caracterizar-se por entidades de dimensão muito diversa, condicionando quer a organização política e funcional, quer os montantes das transferências do Orçamento de Estado, e tem por base um dos critérios definidos na Lei das Finanças Locais (Lei nº 42/98 de 6 de Agosto).

contabilidade das empresas municipais deve respeitar o Plano Oficial de Contabilidade (POC), aplicável ao sector privado bem como as directriz contabilísticas emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC), pelo que se lhes aplica a Directriz Contabilística n.º 29 (2002). A inclusão das empresas municipais que operam no âmbito geográfico dos municípios seleccionados justifica-se sobretudo pelo facto de estarem sujeitas ao normativo contabilístico do sector privado e, como tal, em matéria ambiental disporem, ao contrário das autarquias locais, de uma directriz contabilística específica para o tratamento e divulgação daquelas matérias.

Em suma, os critérios assumidos para a selecção da nossa população permite-nos circunscrever o nosso estudo ao âmbito público, comparando estes dois tipos de entidades, ambas de foro municipal, mas que em termos contabilísticos se regem por planos distintos (público, no caso das autarquias, e privado, no caso das empresas publicas), obedecendo a distintas regras de tratamento e divulgação da informação.

Esta selecção de entidades de foro municipal permitirá realizar uma análise comparativa acerca das práticas de divulgação ambiental levadas a cabo, e avaliar se a existência de um normativo contabilístico sobre matérias ambientais (DC 29) aplicável somente às empresa municipais, conduz a diferenças significativas entre esta s entidades e as autarquias locais em termos de divulgação

A nossa população é constituída por 199 entidades, das quais 129 são municípios (105 de tamanho médio e 24 de tamanho grande) e 70 empresas municipais. Das entidades seleccionadas foi possível obter os documentos de prestação de contas de 102 entidades, representando 51,3% da nossa população (71 municípios e 31 empresas municipais, correspondentes respectivamente a 69,6% e 30,4% da amostra). É de salientar que esta taxa de resposta está acima da média geralmente obtida em alguns estudos desta natureza (Moneva e Llena, 2000; Archel Domench, 2003; McElroy *et al.*, 2005).

Em termos de caracterização da amostra é de salientar que:

- Em relação à localização geográfica, é de referir que: (a) 75% das entidades concentram-se nas regiões do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo; (b) 80,4% das entidades situa-se na zona litoral do país⁷. Relativamente ao tamanho das entidades: (a) que respeita aos municípios, utilizamos como critério o número de habitantes (critério utilizado na maioria dos trabalhos que têm como objecto de estudo as autarquias locais, tais como Montesinos Julve e Brusca Alijarde, 2005). Assim, observa-se que 78,9% dos municípios analisados corresponde a municípios médios, isto é, com um número de habitantes que se situa entre os 20.000 e os 100.000; (b) no que respeita às empresas municipais, o critério utilizado foi o volume de vendas e prestações de serviços (critérios normalmente estabelecido na literatura para definir o tamanho organizacional das organizações do sector empresarial, público ou privado). Assim, observa-se que 67,7%) das empresas municipais analisadas apresentam um volume de vendas inferior a 3.000.000 €
- Em relação ao controlo do capital social das empresas municipais, observamos que 58,1% das empresas municipais são detidas por grandes municípios, sendo o capital social de 90,3% destas empresas municipais totalmente controlado pelo município.

⁷ Seguimos o critério proposto por Alegria (2004) que apresenta uma divisão entre Litoral e Interior cuja delimitação apresenta um padrão “clássico” referido à acessibilidade em relação à costa, classificando e como entidades pertencentes às regiões do litoral as que se inserem em regiões que confinam com o mar e aquelas cujo concelho “principal” dista menos de 60 kms de Lisboa ou do Porto e como do “Interior” as restantes.

- Apenas 3 das 102 entidades analisadas (1 município e 2 empresas municipais) possuem a Certificação Ambiental ISO 14001 representando um número completamente irrisório comparativamente ao total de certificados emitidos em Portugal em Fevereiro de 2006 (que totalizavam 524 certificados)⁸. De salientar que daquelas entidades em uma empresa municipal coexiste ambas certificações, ISO 14001 e o EMAS.

2.2. Metodologia de investigação e procedimentos estatísticos utilizados

É nosso propósito estudar as práticas e extensão da divulgação de informação ambiental nas entidades que compõem a nossa amostra, particularmente em relação ao tipo de informação ambiental divulgada e à sua localização nos Documentos de Prestação de Contas relativos ao exercício de 2004. Face à recente homologação da Directriz Contabilística (DC) n.º 29 – Matérias Ambientais (2002) que, pela primeira vez, regula o tratamento contabilístico das questões ambientais, torna-se obrigatória, a partir de 2006, a sua divulgação nas empresas que operam em Portugal, incluindo as empresas municipais. Deste modo, julgamos pertinente analisar a influência da publicação desta Directriz ao nível da divulgação, ainda que com um carácter voluntário, de informação ambiental nos documentos de prestação de contas quer das empresas municipais quer dos municípios.

Para cumprir o propósito enunciado foi necessária uma recolha prévia de relatórios e contas elaborados pelo conjunto de entidades da nossa amostra, relativo último exercício económico disponível - 2004. Segundo Wilmshurst e Frost (2000), a análise do relatório e contas continua a ser a melhor fonte a adoptar neste tipo de estudos empíricos já que, por um lado, o seu acesso é relativamente fácil na medida em que é obrigatório por lei e, por outro lado, é um meio ao qual as empresas podem recorrer para incluir informação com carácter voluntário (designadamente informação ambiental), satisfazendo assim as expectativas dos mais diversos utilizadores.

Para o desenvolvimento destes estudo foi aplicado o método de análise de conteúdo da informação ambiental divulgada, por tratar-se da metodologia mais utilizada no âmbito da investigação da divulgação de informação social e ambiental (Gray *et al.*, 1995)⁹. A análise da informação ambiental divulgada será efectuada com base em dois enfoques distintos: (a) realizamos um estudo descritivo/exploratório das práticas de divulgação ambiental levadas a cabo pelas entidades da nossa amostra, nomeadamente no que respeita à localização e tipo de informação ambiental divulgada; (b) procuramos valorar a extensão da informação ambiental divulgada, muito embora não seja objectivo deste estudo valorar a qualidade intrínseca da mesma.

2.2.1. Análise descritiva/exploratória das práticas de divulgação ambiental

A avaliação global da informação de carácter ambiental divulgada pelas entidades da amostra passa, em primeiro lugar, pela localização da informação nos documentos de prestação de contas. A nossa análise incidirá sobre a informação divulgada no Relatório e Contas, designadamente nas Demonstrações Financeiras, no Relatório de Gestão, no Anexo às Demonstrações financeiras e na Carta do Presidente.

No que respeita à análise do tipo de informação ambiental divulgada, em primeiro lugar optou-se por efectuar uma análise mais global, atendendo às características que a informação ambiental pode ter. Assim, realizamos uma primeira classificação que distingue as características da informação ambiental em duas categorias:

⁸ Informação facultada pelos Organismos de Certificação Ambiental existentes em Portugal.

⁹ O método de análise de conteúdo apresenta, contudo, algumas limitações, designadamente no que respeita à subjectividade inerente à interpretação da informação recolhida e à respectiva decisão de inclusão dessa informação num dos itens ou categorias definidos, pelo que os resultados obtidos devem ser sempre interpretados com prudência.

narrativa (descritiva) e quantitativa e, dentro desta última, subdividiu-se em monetária e não monetária (ou numérica); uma segunda classificação caracteriza a informação divulgada em duas categorias: positiva e negativa, referindo-se a informação acerca das actividades ambientais da organização que têm, respectivamente um impacto positivo ou negativo para a sociedade.

Para uma análise mais detalhada do tipo de informação divulgada justificou-se, de forma similar aos estudos que aplicam a técnica de análise de conteúdo, a codificação da informação ambiental em categorias pré-definidas. Perante a escassez de literatura de suporte que nos auxilie a definição de tais categorias, tivemos em consideração a classificação proposta por Burritt e Welch (1997) que apresenta os seguintes temas de divulgação ambiental: Educação e formação; Política ambiental; Investigação e Desenvolvimento; Programa de energia; Avaliação dos impactos ambientais; Reciclagem; “Clean-up” (reparação de danos ambientais). Por outro lado, tentou-se conciliar os aspectos abrangidos por esta classificação com os elementos contemplados nas distintas classificações apresentadas em estudos realizados no sector privado (Hackston e Milne, 1996; Choi, 1999; Archel Domench, 2003).

Embora apenas as empresas municipais estejam sujeitas à aplicação da DC n.º 29, carecendo as autarquias locais de regulamentação contabilística em matéria de divulgação de informação ambiental, para efeitos de realização do nosso estudo, e uma vez que no exercício em análise ainda não era obrigatória a aplicação daquela directriz, procuramos definir um conjunto de elementos ou itens ambientais sobre os quais as entidades podem divulgar que fossem comuns a ambos tipos de entidade, de modo a permitir uma análise comparativa dos resultados obtidos. Deste modo, os elementos ou itens de informação ambiental contemplados no nosso estudo apresentam-se sintetizados no quadro 1.

Quadro 1. Elementos/itens de informação ambiental

Elementos	- Desenvolvimento sustentável	- Reparação de danos ambientais
	- Agenda 21 local	- Auditoria ambiental
	- Política ambiental	- Desempenho ambiental
	- Sistema de gestão ambiental	- Indicadores ambientais
	- Cumprimento do normativo	- Investimentos ambientais realizados
	- Educação e formação	- Subsídios ambientais concedidos
	- Investigação e Desenvolvimento	- Incentivos ambientais
	- Avaliação de impactos ambientais	- Outras informações
	- Medidas de protecção ambiental	

A análise de conteúdo da informação ambiental divulgada nos documentos de prestação de contas, foi seguida da recolha dos dados, mediante o preenchimento de um guião previamente testado. Assim, à medida que se analisavam os documentos de prestação de contas, identificou-se qual a informação apresentada para cada um dos itens anteriormente definidos, considerados separadamente para empresas municipais e municípios, atribuindo-se a cada um dos itens uma pontuação que oscila entre 0 e 1, de acordo com o seguinte critério: 0 se não divulga informação sobre o item; 1 se divulga informação sobre o item. Posteriormente foi atribuído aos guiões uma numeração sequencial, de forma a facilitar o processamento e tratamento dos dados. Os dados recolhidos foram introduzidos no computador e tratados por método estatístico utilizando para o efeito o programa informático “SPSS” (Statistical Package for the Social Sciences – versão 14 para ambiente Windows).

2.2.2. Extensão da informação ambiental divulgada

No desenho do nosso estudo, começamos por realizar um estudo exploratório da divulgação de informação ambiental, utilizando para o efeito a forma mais simples de análise de conteúdo, que consiste em detectar a presença ou não de informação em relação a cada um dos itens definidos anteriormente (adoptada por autores como Moneva e Llena, 2000; Carvalho e Monteiro, 2002; Monteiro, 2006). Uma vez que esta forma de análise é criticada pelo facto de não permitir medir a extensão da divulgação ambiental, procuramos analisar a ênfase que as entidades em estudo atribuem a cada elemento/item.

De forma a medir a extensão da informação ambiental divulgada identificamos e quantificamos todas as referências ao ambiente nos documentos de prestação de contas. Esta metodologia foi utilizada previamente por Burritt e Welch (1997) e, em nossa opinião, revela-se mais adequada que outras alternativas utilizadas por vários autores que visam medir a extensão ou quantidade da informação ambiental divulgada nos Relatórios e Contas, mediante a contagem do número de páginas (Patten, 1992), linhas (Choi, 1999), frases (Hackston e Milne, 1996; McElroy *et al.*, 2005) ou palavras (Brown e Deegan, 1998; Wilmshurst e Frost, 2000; Frost e Seamer, 2002).

Para efeitos do nosso estudo, à semelhança da metodologia utilizada para a análise descritiva das práticas de divulgação ambiental, procuramos analisar a forma como se distribui o número total de referências nos documentos de prestação de contas, quer em termos da sua localização naqueles documentos, quer no que respeita ao tipo de informação ambiental divulgada, tendo por base os itens anteriormente definidos bem como as características que a informação ambiental pode apresentar. Assim, foram contadas as referências ao ambiente tendo por base os itens previamente definidos, classificadas em função das características da informação ambiental (narrativa/quantitativa) e repartidas pelos documentos de prestação de contas analisadas. Para efeitos da contagem do número de referências tivemos em consideração o seguinte critério: se uma dada entidade fazia referência a informação qualitativa e monetária acerca do mesmo tipo de item, esta era multiplicada em duas referências ao mesmo item – uma de tipo narrativo/descritivo e outra de tipo monetário. Da mesma forma, se a informação apresentada se referia a vários itens, a mesma era multiplicada em tantas referências quantos os itens referidos. A recolha do número de referências foi feita mediante a utilização de uma grelha elaborada no programa informático Excel, cujo preenchimento para cada entidade analisada não só facilitou a posterior introdução dos dados para tratamento estatístico no programa SPSS, como permitiu um adequado controlo do levantamento dos dados (através da confrontação do número total de referências realizada por cada entidade com o somatório dos subtotais apresentados, quer ao nível dos documentos de prestação de contas, quer ao nível do tipo de informação divulgada).

2.3. Análise e discussão dos resultados

2.3.1. Análise descritiva/exploratória das práticas de divulgação ambiental

O quadro 2 sintetiza os resultados obtidos no que respeita às práticas de divulgação ambiental no que respeita à localização e tipo de informação ambiental divulgada no exercício de 2004 pelos dois grupos de entidades da amostra.

Quadro 2. Síntese da análise descritiva da divulgação ambiental

		Total entidades (n)	Municípios			Empresas municipais				
			n1	% divulg. (n=67)	% munic. (N1=71)	% total (N=102)	n2	% divulg. (n=67)	% emp. Mun. (N2=31)	% total (N=102)
Divulgação ambiental	Relatório e Contas	67	49	73,1%	69,0%	48,0%	18	26,9%	58,1%	17,6%

Localização da informação ambiental	Relatório de Gestão	67	49	73,1%	69,0%	48,0%	18	26,9%	58,1%	17,6%
	Carta do Presidente	5	3	4,5%	4,2%	2,9%	2	3,0%	6,5%	2,0%
Localização específica	Secção no Relatório de Gestão	14	12	17,9%	16,9%	11,8%	2	3,0%	6,5%	2,0%
Natureza da informação ambiental	Positiva	67	49	73,1%	69,0%	48,0%	18	26,9%	58,1%	17,6%
	Negativa	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0,0%
	Narrativa	60	42	62,7%	59,2%	41,2%	18	26,9%	58,1%	17,6%
	Quantitativa (monetária)	34	31	46,3%	43,7%	30,4%	3	4,5%	9,7%	2,9%
	Quantitativa (não monetária)	12	7	10,4%	9,9%	6,9%	5	7,5%	16,1%	4,9%
Itens de informação ambiental no Relatório de Gestão	Investimentos ambientais realizados	43	36	53,7%	50,7%	35,3%	7	10,4%	22,6%	6,9%
	Medidas de protecção ambiental	38	25	37,3%	35,2%	24,5%	13	19,4%	41,9%	12,7%
	Educação e formação	27	17	25,4%	23,9%	16,7%	10	14,9%	32,3%	9,8%
	Desempenho ambiental	20	12	17,9%	16,9%	11,8%	8	11,9%	25,8%	7,8%
	Incentivos ambientais	17	13	19,4%	18,3%	12,7%	4	6,0%	12,9%	3,9%
	Política ambiental	13	6	9,0%	8,5%	5,9%	7	10,4%	22,6%	6,9%
	Reparação de danos ambientais	12	9	13,4%	12,7%	8,8%	3	4,5%	9,7%	2,9%
	Desenvolvimento sustentável	11	6	9,0%	8,5%	5,9%	5	7,5%	16,1%	4,9%
	Indicadores ambientais	8	4	6,0%	5,6%	3,9%	4	6,0%	12,9%	3,9%
	Sistema de gestão ambiental	7	2	3,0%	2,8%	2,0%	5	7,5%	16,1%	4,9%
	Cumprimento do normativo	8	4	6,0%	5,6%	3,9%	4	6,0%	12,9%	3,9%
	Subsídios ambientais concedidos	6	6	9,0%	8,5%	5,9%	0	0,0%	0,0%	0,0%
	Investigação e Desenvolvimento	6	3	4,5%	4,2%	2,9%	3	4,5%	9,7%	2,9%
	Avaliação de impactos ambientais	6	4	6,0%	5,6%	3,9%	2	3,0%	6,5%	2,0%
	Agenda 21 local	5	5	7,5%	7,0%	4,9%	0	0,0%	0,0%	0,0%
	Auditoria ambiental	3	0	0,0%	0,0%	0,0%	3	4,5%	9,7%	2,9%
	Outra informação	24	19	28,4%	26,8%	18,6%	5	7,5%	16,1%	4,9%

Das 102 entidades da amostra foi encontrada informação referente ao ambiente em 67 entidades (correspondendo a 65,7% da amostra), sendo que, conforme se observa no quadro 2, destas entidades 49 respeitam a municípios (correspondente a 73,1% das entidades divulgadoras) e 18 respeitam a empresas municipais (correspondente a 26,9% das entidades divulgadoras). Muito embora em ambas entidades mais de metade já divulgue informação de carácter ambiental nos seus Relatórios e Contas, observam-se valores ligeiramente superiores nos municípios comparativamente com as empresas municipais. De facto, constata-se que do total de municípios da nossa amostra (71), 69% divulgam informação ambiental (correspondente a 49 municípios), enquanto que do total de empresas municipais incluídas na amostra (31) a percentagem de empresas a divulgar informação de carácter ambiental é de 58,1% (correspondente a 18 empresas municipais). De referir ainda que, embora já exista em 2004 um normativo contabilístico de referência sobre matérias ambientais (DC 29) para as entidades locais, que se aplica em particular às empresas municipais, com uma série de orientações relativas à forma e conteúdo da divulgação de informação ambiental, não se destacou nenhuma entidade que utilizasse expressamente aquele normativo contabilístico.

No que respeita à localização da informação nos documentos de prestação de contas, destaca-se que:

- as 67 entidades que divulgam informação ambiental fazem-no em apenas dois tipos de documentos de prestação de contas, a Carta do Presidente e o Relatório de Gestão, não tendo sido evidenciada qualquer tipo de informação ao nível das Demonstrações Financeiras analisadas nem do Anexo. Como se constata no quadro

2, o Relatório de Gestão é o documento privilegiado por estas entidades para divulgar informação ambiental tendo sido utilizado por todas elas. A menção ao ambiente na Carta do Presidente é apenas realizada por 5 entidades (3 municípios e 2 empresas municipais).

- observa-se apenas 14 entidades (correspondente a 20,9% das entidades divulgadoras) que apresentam a informação ambiental numa secção específica no Relatório de Gestão, sendo que a sua maioria respeita a municípios (12).

Relativamente à natureza da informação divulgada, é de referir que:

- todas as entidades que divulgam informação ambiental fazem-no de forma positiva, não havendo qualquer tipo de referência negativa acerca da actuação ambiental das entidades. Este resultado vai, de encontro à evidência empírica obtida em estudos desta natureza realizados ao nível do sector público (McElroy *et al.*, 2005) e privado (Deegan e Gordon, 1996; Brown e Deegan, 1998; Larrinaga *et al.*, 2002; Rodrigues *et al.*, 2005; Monteiro, 2006)
- em consonância com os resultados obtidos em outros estudos realizados ao nível quer do sector privado (Hackston e Milne, 1996; Moneva e Llana, 2000; Rodrigues *et al.*, 2005; Monteiro, 2006) quer do sector público (Burritt e Welch, 1997; McElroy *et al.*, 2005), a grande maioria da informação divulgada assume carácter narrativo (60 entidades, correspondente a 89,6% das entidades divulgadoras). A nível das empresas municipais, todas as que divulgam apresentam informação de carácter narrativo. Segue-se a informação quantitativa com especial predomínio da informação monetária (34 entidades, correspondente a 50,7% das entidades divulgadoras) face à não monetária (12 entidades, correspondente a 17,9% das entidades divulgadoras).

Por último, quanto ao tipo de informação divulgada os resultados demonstram que as entidades envolvidas divulgam sobre uma elevada variedade de itens. Os itens investimentos ambientais realizados (43 entidades), medidas de protecção ambiental adoptadas (38 entidades) e educação e formação na área do ambiente (27 entidades), são os itens referidos por um maior número de entidades que integram a amostra, tanto para as empresas municipais como para os municípios.

2.3.2. Extensão da informação ambiental divulgada

O quadro 3 sintetiza os resultados obtidos relativamente ao número de referências, por entidade, atendendo à localização das mesmas nos documentos de prestação de contas, à natureza e itens da informação ambiental divulgada.

Quadro 3. Extensão da informação ambiental divulgada: resumo dos resultados

		Total referências	% Total referências (582)	Municípios		Empresas municipais			
				Nº ref.	% sobre ref. Municípios (403)	% total referências (582)	Nº ref.	% sobre ref. Emp. Municipais (179)	% total referências (582)
Divulgação	Relatório e Contas	582	100,0%	403	100,0%	69,2%	179	100,0%	30,8%
Localização da informação	Relatório de Gestão	538	92,4%	375	93,1%	64,4%	163	91,1%	28,0%
	Carta do Presidente	44	7,6%	28	6,9%	4,8%	16	8,9%	2,7%
Natureza da informação ambiental	Positiva	582	100,0%	403	100,0%	69,2%	179	100,0%	30,8%
	Negativa	0	0%	0	0%	0%	0	0%	0%
	Narrativa	458	78,7%	302	74,9%	51,9%	156	87,2%	26,8%
	Quantitativa (monetária)	78	13,4%	74	18,4%	12,7%	4	2,2%	0,7%

	Quantitativa (não monetária)	46	7,9%	27	6,7%	4,6%	19	10,6%	3,2%
Itens de informação ambiental no Relatório de Gestão	Medidas de protecção ambiental	128	22,0%	89	22,1%	15,3%	39	21,8%	6,7%
	Educação e formação	90	15,5%	66	16,4%	11,3%	24	13,4%	4,1%
	Investimentos ambientais realizados	78	13,4%	63	15,6%	10,8%	15	8,4%	2,6%
	Desempenho ambiental	49	8,4%	29	7,2%	5,0%	20	11,2%	3,4%
	Incentivos ambientais	28	4,8%	22	5,5%	3,8%	6	3,4%	1,0%
	Investigação e Desenvolvimento	25	4,3%	19	4,7%	3,3%	6	3,4%	1,0%
	Indicadores ambientais	24	4,1%	8	2,0%	1,4%	16	8,9%	2,7%
	Política ambiental	21	3,6%	7	1,7%	1,2%	14	7,8%	2,4%
	Desenvolvimento sustentável	20	3,4%	12	3,0%	2,1%	8	4,5%	1,4%
	Reparação de danos ambientais	19	3,3%	16	4,0%	2,7%	3	1,7%	0,5%
	Cumprimento do normativo	13	2,2%	4	1,0%	0,7%	9	5,0%	1,5%
	Avaliação de impactos ambientais	10	1,7%	7	1,7%	1,2%	3	1,7%	0,5%
	Subsídios ambientais concedidos	9	1,5%	9	2,2%	1,5%	0	0,0%	0,0%
	Agenda 21 local	9	1,5%	9	2,2%	1,5%	0	0,0%	0,0%
	Sistema de gestão ambiental	7	1,2%	2	0,5%	0,3%	5	2,8%	0,9%
	Auditoria ambiental	4	0,7%	0	0,0%	0,0%	4	2,2%	0,7%
Outra informação	48	8,2%	41	10,2%	7,0%	7	3,9%	1,2%	

O quadro 3, permite observar que:

- No conjunto dos Relatórios e Contas de 2004 das 67 entidades que divulgam informação ambiental foram encontradas 582 referências ao ambiente repartidas por tipo de entidade, sendo que mais de metade (403, corresponde a 69,2% do número total de referências) respeitam aos municípios, e 30,85 (corresponde a 179 referências) referem-se a empresas municipais. Quanto à localização da informação, o número de referências concentra-se quase na totalidade no Relatório de Gestão (92,4%), apresentando a Carta do Presidente uma pequena percentagem do número de referências divulgadas (7,6%);
- Em relação à natureza da informação ambiental, o número de referências respeitam na sua grande maioria é de carácter narrativo (78,7%), seguindo-se a informação quantitativa de natureza monetária (13,4%). Relativamente aos itens de informação ambiental mais referidos, quer para o conjunto da amostra quer para cada tipo de entidade, destacam-se as medidas de protecção, a educação e formação e o desempenho ambiental, com 128, 90 e 78 referências, respectivamente. Estes resultados coincidem com os Burritt e Welch (1997) no que respeita ao item da educação e formação ambiental.

O quadro 4 sintetiza medidas estatísticas obtidas em relação à extensão da informação ambiental divulgada, por entidade, atendendo à localização das mesmas nos documentos de prestação de contas, à natureza e itens da informação ambiental divulgada.

Quadro 4. Medidas estatísticas da extensão da informação ambiental divulgada: resumo dos resultados

		Média (min; max)	Municípios	Empresas municipais
			Média (mins; max)	Média (min; max)
Divulgação	Relatório e Contas	8,69 (1;49)	8,22 (1;49)	9,94 (1;31)
Localização da	Relatório de Gestão	8,03 (1;49)	7,65 (1;49)	9,06 (1;31)

informação	Carta do Presidente	0,66 (0,24)	0,57 (0,24)	0,89 (0;11)
Natureza da informação ambiental	Positiva	8,69 (1;49)	8,22 (1;49)	9,94 (1;31)
	Negativa	0 (0;0)	0 (0;0)	0 (0;0)
	Narrativa	6,84 (0;49)	6,16 (0;49)	8,67 (1;28)
	Quantitativa (monetária)	1,16 (0;14)	1,51 (0;14)	0,22 (0;2)
	Quantitativa (não monetária)	0,69 (0;8)	0,55 (0;8)	1,06 (0;7)

Através do quadro 3 observa-se que:

- a média de referências por entidade é de cerca de 9, sendo o valor mínimo de 1 referência (e o máximo de 49 referências). Apesar de existir, em termos relativos, uma maior percentagem de municípios a divulgar informação ambiental constata-se que existe, em termos médios, uma maior concentração de referências nos Relatórios e Contas das empresas municipais (média = 9,94 contra uma média de 8,22 nos municípios). Em nossa opinião, esta tendência poderá, em alguma medida, estar associada ao facto das empresas municipais já contarem com um normativo que regule o tratamento contabilístico e divulgação das matérias ambientais. E, apesar de não termos encontrado nenhuma empresa municipal a aplicar, declaradamente, a DC 29, esta pode estar já a exercer alguma influência (se bem que ainda pouco notória) ao nível da divulgação de informação ambiental nestas entidades.
- o número máximo de referências encontradas no Relatório Gestão corresponde a 49, enquanto que na Carta do Presidente o número máximo de referências é de 24, ambos valores verificados em municípios. Todavia, observamos que, em média, o número de referências efectuadas em ambos documentos pelas empresas municipais é superior ao número médio de referências divulgadas pelos municípios ($9,06 > 7,65$, no Relatório de Gestão e $0,89 > 0,57$, na Carta do Presidente).
- o número máximo de referências coincide precisamente com a informação de carácter narrativo (correspondente a 49 referências, realizadas em municípios). Observa-se também que, em média, apenas a informação de carácter monetário apresenta um valor superior nos municípios em relação às empresas municipais ($1,51 > 0,22$), sendo que o número de referências narrativas e não monetárias efectuadas é superior nas empresas municipais comparativamente aos municípios (respectivamente, $8,67 > 6,16$ e $1,06 > 0,55$).

Em relação aos itens de informação ambiental, na sua maioria a média de referências divulgadas pelas empresas municipais é superior à divulgada pelos municípios. Os itens que apresentam uma maior média de referências dizem respeito a: educação e formação ($1,35 > 1,33$); investimentos ambientais ($1,29 > 0,83$); incentivos ambientais ($0,45 > 0,33$); investigação e desenvolvimento ($0,39 > 0,33$); reparação de danos ambientais ($0,33 > 0,17$); Agenda 21 ($0,18 > 0$) e subsídios ambientais concedidos ($0,18 > 0$).

3. CONCLUSÃO

Apesar de em Portugal apenas ter sido aprovada em 2002 a primeira norma relativa à divulgação de informação ambiental, aplicável a partir de 2006 pelas entidades abrangidas pelo POC, onde se incluem as empresas municipais, podemos afirmar que no exercício de 2004 as entidades locais analisadas apresentam, de uma forma voluntária, alguma informação ambiental nos seus documentos de prestação de contas. Em termos genéricos, os resultados obtidos revelam que: (a) a maioria das entidades analisadas já divulga informação ambiental, sobretudo no Relatório de Gestão, sendo apresentada exclusivamente de uma forma positiva e com um carácter

maioritariamente narrativo. (b) a maior parte das entidades refere principalmente informação que se inclui nos itens investimentos ambientais realizados, medidas de protecção ambiental adoptadas e educação e formação na área do ambiente; (c) apesar da maioria das entidades divulgadoras serem municípios, os resultados indicam que, em média, as empresas municipais tendem a apresentar um maior número de referências em relação ao ambiente comparativamente aos municípios.

Estamos conscientes que os dados referentes a apenas um exercício económico não são suficientes para extrair conclusões determinantes sobre a tipo e grau de divulgação ambiental das entidades públicas locais analisadas. Neste sentido, em futuras investigações seria interessante não só ampliar o período de análise mas também considerar todas as autarquias e empresas municipais portuguesas, fazendo coincidir a nossa população com o universo. Por outro lado, seria interessante analisar os factores explicativos (tais como tamanho, localização geográfica, visibilidade política, etc.) não só da prática de divulgação ambiental mas também os factores que determinam a extensão da informação ambiental divulgada, à semelhança de outros estudos realizados no sector privado (Hackston e Milne, 1996; Choi, 1999; Archel Domench, 2003).

4. BIBLIOGRAFIA

ANDERSEN, Otto (2003), “Environmental reporting and transport – the case of a public transport company”, *Business Strategy and the Environment*, Vol. 12, n.º 6, pp. 386-399

ARCHEL DOMENCH, Pablo (2003), “La divulgación de la información social y medioambiental de la gran empresa española en el período 1994-1998: situación actual y perspectivas”, *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, Vol XXXII, n.º 117, Abril-Junio, pp. 571-601

BALL, Amanda (2004), “A sustainability accounting project for the UK local government sector? Testing the social theory mapping process and locating a frame of reference”, *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 15, pp. 1009-1035

BROWN, N.; DEEGAN, C.(1998), “The public disclosure of environmental performance information – a dual test of media agenda setting theory and legitimacy theory”, *Accounting and Business Research*, Vol. 29, n.º 1, Winter Issue, pp. 21-41

BURRITT, R. (2002), “Environmental reporting in Australia: current practices and issues for the future”, *Business Strategy and the Environment*, Vol. 11, n.º 6, pp. 391-406

BURRITT, R.; WELCH, S.(1997), “Australian Commonwealth entities: an analysis of their environmental disclosures”, *ABACUS*, Vol. 33, n.º 1, pp. 1-19

CARREIRA, Francisco Alegria; DIAS, Fernanda Pereira (2004), “O relato ambiental electrónico”, XIV Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica, Açores, Fevereiro

CARVALHO, João Baptista da Costa; MONTEIRO, Sónia Mª da Silva (2002), “O Relato ambiental nas empresas portuguesas certificadas pela ISO 14001”, X Encuentro de Profesores Universitarios de Contabilidad – Compostela 2002: El camino de la Contabilidad, Santiago de Compostela, 30 de Maio a 1 de Junio

CARVALHO, João; FERNANDES, Maria José; CAMÕES Pedro; JORGE Susana (2005), Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2003, no âmbito do projecto POCTI/CPO/58391/2004 intitulado A Eficiência no Uso dos Recursos Públicos e a Qualidade da Decisão Municipal Portuguesa

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2001), *Recomendação da Comissão de 30 de Maio de 2001 respeitante ao reconhecimento, à valorimetria e à prestação de informações sobre questões ambientais nas contas anuais e no relatório de gestão das sociedades*, Jornal Oficial das Comunidades Europeias (JOCE), L 156 de 13.06.01

CORMIER, D.; GORDON, I. (2001), “An examination of social and environmental reporting strategies”, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 14, n.º 5, pp. 587-616

CHOI, Jong-Seo (1999), “An investigation of initial voluntary environmental disclosures made in Korean semi-annual financial reports”, *Pacific Accounting Review*, Vol. 11, n.º 1, June, pp. 73-102

DEEGAN, C.; GORDON, B. (1996), “A study of the environmental disclosures practices of Australian corporations”, *Accounting and Business Research*, Vol. 26, n.º 3, pp. 187-199

FERREIRA, Clementina (2004), “Environmental accounting: the Portuguese case”, *Management of Environmental Quality: An International Journal*, Vol. 15, n.º 6, pp. 561-573

FORTES, H. (2002), “The need for Environmental Reporting by Companies. An examination of the use of Environmental Reports by Swedish Public Companies”, *Green Management Internatinal*, n.º 40, Winter, pp. 77-92

FROST, G.; SEAMER, M. (2002), “Adoption of environmental reporting and management practices: an analysis of New South Wales public sector entities”, *Financial Accountability Management*, Vol. 18, n.º 2, pp. 103-127

FROST, G.; TOH, D. (1998), “A study of environmental accounting within the New South Wales public sector”, *Accounting Research Journal*, Vol. 11, n.º 2, pp. 400-410

GIBSON, R.; GUTHRIE, J. (1995), “Recent environmental disclosures in annual reports of Australian public and private sector organizations”, *Accounting Forum*, Vol. 19, n.º 2/3, pp. 111-127

GRAY, R. HASLAM, J. (1990), “External reporting by UK universities: an exploratory study of accounting change”, *Financial Accountability & Management*, Vol. 6, n.º 1, Spring, pp. 51-72

GRAY, R. KOUHY, R.; LAVERS, S. (1995), “Corporate social and environmental reporting. A review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure”, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 8, n.º 2, pp. 47-77

GRAY, R.; OWEN, D.; ADAMS, C. (1996), *Accounting & Accountability. Changes and challenges in corporate social and environmental reporting*, Prentice Hall Europe, Hemel Hempstead

GUEDES M^a A. ALEIXO, M^a C.; SOARES, M^a H. (2005), “A divulgação electrónica da informação financeira e ambiental”, XV Jornadas Hispano-Lusas de Gestão Científica - “Cidades em competência”, Sevilla, 2 a 4 de Fevereiro

HACKSTON, D.; MILNE, M. (1996), “Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies”, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 9, n.º 1, pp. 77-108

HIBBITT, Chris; COLLISON, David (2004), "Corporate environmental disclosure and reporting developments in Europe", *Social and Environmental Accounting*, Vol. 21, n.º 1, pp. 1-10

JURADO MARTIN, José; MARTIN ZAMORA, M. Pilar; DOMINGUEZ CASADO, José (2004), "Información medioambiental en las cuentas anuales: estudio de un caso", XI Encuentro de Profesores Universitarios de Contabilidad: La Contabilidad sin fronteras, Granada, 3 a 4 de Junio

KPMG (2005), *International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2005*, KPMG Global Sustainability Services and University van Amsterdam

LARRINAGA GONZALÉZ, C.; MONEVA ABADIA, J.; LLENA MACARULLA, F.; CARRASCO FENECH, F.; CORREA RUIZ, C. (2002), *Regulación contable de la información medioambiental: normativa española e internacional*, Monografías AECA

LARRINAGA, C.; CARRASCO, F. CORREA, C. LLENA, F.; MONEVA, .. (2002), "Accountability and accounting regulation: the case of Spanish environmental disclosure standard", *The European Accounting Review*, Vol. 11, n.º 4, pp. 723-740

LÓPEZ GORDO, M^a Gloria (2002), *Análisis de la información medioambiental suministrada por las entidades públicas y privadas. El caso de los espacios naturales protegidos y del sector energético*, Tesis Doctoral, Universidad de Granada

LÓPEZ GORDO, M^a Gloria; RODRÍGUEZ ARIZA, Lázaro (2004), "Información financiera para la gestión de espacios naturales protegidos. El caso español", X Congreso de Contabilidade: Relato Financeiro e responsabilidade social, 24-26 Novembro, Estoril

MARCUCCIO, M.; STECCOLINI, L.(2005), "Social and environmental reporting in local authorities. A new Italian fashion?", *Public Management Review*, Vol. 7, n.º 2, pp. 155-176

MATHEWS, M. R. (1997), "Twenty-five years of social and environmental accounting research: is there a silver jubilee to celebrate?", *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 10, n.º 4, pp. 481-531

MATHEWS, M. R. (2000), "The Development of Social and Environmental Accounting Research 1995-2000", Discussion Paper n.º 205, Massey University, School of Accountancy, New Zealand, <http://www-accountancy.massey.ac.nz/>, consultado em 18 de Junho de 2005

McELROY, J.; BISMAR, J.; MATHEWS, M.R (2005), "Environmental accounting in NSW local government", 7th Asian-Pacific Conference on International Accounting Issues, 20 - 23 November, Wellington, New Zealand

MONEVA, José M. (1996), "Información financiera medioambiental: su regulación internacional", *Partida Doble*, n.º 66, Abril, pp. 46-51

MONEVA, José M.; LLENA, Fernando M. (2000), "Environmental disclosures in the annual reports of large companies in Spain", *The European Accounting Review*, Vol. 9, n.º 1, pp. 7-29

MONTEIRO, Sónia M^a da Silva (2006), "La divulgación de información medioambiental en grandes empresas a operar en Portugal en el período 2002-2004", XVI Congreso Hispano Francés de AEDEM - Decisiones basadas en el conocimiento y en el papel social de la empresa, , Palma de Mallorca, 5 - 7 de Junio

- MONTEIRO, Sónia M^a da Silva; AIBAIR GUZMÁN, Beatriz; RIVERO FERNÁNDEZ, M^a Dolores (2006), “Determinantes de la información medioambiental divulgada por grandes empresas portuguesas”, XII Encuentro da Asociación Española de Profesores Universitarios de Contabilidad (ASEPUC)- Encuentro XV Aniversario: El Reto de la Evolución, Burgos, 31 de Mayo - 2 de Junio
- MONTESINOS JULVE, Vicente; BRUSCA ALIJARDE, Isabel (2005), “Iniciativas de los ayuntamientos españoles para la mejora de la gestión y la calidad de los servicios”, XIII Congreso AECA, Armonización y Gobierno de la Diversidad, Oviedo, Septiembre
- MOURATO, Jorge (1999), “A ciência económica e as preocupações ambientais”, *Cadernos de Economia*, Ano XII, n.º 47, Abril/Junho, pp. 9-18
- NEU, D.; WARSAME, H.; PEDWELL, K (1998), “Managing Public impressions: environmental disclosures in annual reports”, *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 23, n.º 3, pp.265-282
- PATTEN, D. (1992), “Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan Oil Spill: a note on legitimacy theory”, *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 17, n.º 5, pp. 471-475
- PATTEN, D. (2002), “The relation between organizational performance and environmental disclosure: a research note”, *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 27, pp. 763-773
- RAHAMAN, A. STEWART, L. ROPER, J. (2004), “Social and Environmental reporting at the VRA: institutionalised legitimacy or legitimation crisis?”, *Critical Perspectives on Accounting*, Vol15, pp. 34-56
- RODRIGUES, Lúcia M. P. L.; OLIVEIRA, Lídia M.; MENEZES, Carlos A. S. (2005), “O relato financeiro do desempenho ambiental: Estudo das empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto”, *Portuguese Journal of Management Studies*, Vol X, nº 2, pp 145-167
- SAMPAIO, M^a Fátima Rodrigues Cravo; LEITÃO, Paula Cristina Jacinto S. (2004), “A divulgação de informação social e ambiental: uma análise das empresas cotadas em Portugal”, *Revisores & Empresas*, n.º 25, Abril/Junho, pp.10-15
- SENÉS GARCÍA, Belén Y RODRÍGUEZ BOLÍVAR, Manuel Pedro (2004), El medio ambiente en la contabilidad pública”, XI Encuentro de Profesores Universitarios de Contabilidad (ASEPUC), “La contabilidad sin Fronteras”, Granada, 3 y 4 de Junio
- TAYLOR, B. HUTCHINSON, C.; POLLACK, S; TAPPER, R. (1994), *The Environmental Management Handbook*, Pitman Publishing
- WILMSHURST, T.; FROST, G. (2000), “Corporate environmental reporting. A test of legitimacy theory”, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 13, n.º 1, pp. 10-26